

O PENSAMENTO DAS MULHERES NEGRAS E A LESBIANIDADE NEGRA EM CONTEXTO LUSÓFONO¹

Geanine Vargas Escobar²

Maria Manuel R. T. Baptista³

290 |

RESUMO

Este trabalho apresenta, primeiramente, o pensamento das mulheres negras acerca dos feminismos, tendo em vista que a luta pela visibilidade negra e lésbica conecta-se intimamente com a (re)formulação do feminismo interseccional, protagonizado por intelectuais negras. Posteriormente, procura-se debater sobre a invisibilidade da comunidade LGBT negra, especialmente o apagamento das lésbicas negras no contexto lusófono. Acredita-se que, ao buscar o aprofundamento teórico acerca da lesbianidade negra é possível pensar na elaboração de novos conceitos para as teorias lésbicas, feministas, pós-coloniais, lusófonas e principalmente para a área dos Estudos Culturais.

PALAVRAS-CHAVE

Lesbianidade negra; identidade; invisibilidade; pensamento das mulheres negras; pensamento pós-colonial.

O pensamento das mulheres negras e interseccionalidades

Questões como o direito ao voto, ao trabalho, a maternidade, ao controle do próprio corpo, a luta contra a violência doméstica, entre outras, trouxeram avanços importantes relacionados à melhoria na situação de vida de muitas mulheres, principalmente nas vidas de mulheres brancas heterossexuais. Apesar de, ao longo dos séculos terem tido surgido inúmeros movimentos feministas preocupadas com proteção dos direitos humanos, com a participação política das mulheres, com uma legislação específica para esse grupo subalterizado, nenhum desses movimentos sociais foi capaz de refletir sobre a situação que se encontram as lésbicas negras.

Nesse trabalho preliminar focalizamos no Estado da Arte⁴ e na primeira aproximação exploratória do campo. Esse artigo faz parte de uma investigação recente e busca evidenciar o olhar de observação da autora enquanto investigadora das relações de raça, gênero e sexualidade. Além de refletir sobre a influência do pensamento das mulheres negras como impulsionador do debate sobre interseccionalidades e lesbianidade negra em contexto lusófono.

Segundo Alex Ratts (2007), em seu artigo *“Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-lgttb”*, a maioria dos estudos realizados no Brasil, abordam o universo homossexual e

¹ Trabalho apresentado no GT “Violências: femicídio e LGBTQfobias” do V Congresso Internacional em Estudos Culturais: Gênero, Direitos Humanos e Ativismos.

² Doutoranda do Programa Doutoral em Estudos Culturais - Universidades de Aveiro e do Minho – Portugal; Bolsista CAPES – Brasil. Email: geaninevescobae2@gmail.com.

³ Professora Diretora de curso: Programa Doutoral em Estudos Culturais | Universidade de Aveiro – Orientadora da pesquisa. Email: mbaptista@ua.pt.

⁴ O Estado da Arte é uma das principais etapas do trabalho científico. Trata-se de uma leitura atenta sobre tudo o que já foi descoberto sobre determinado assunto. É considerada uma atividade minuciosa e árdua, uma vez que incita o pesquisador a fazer análises e críticas aprofundadas, evitando a reprodução de dados já divulgados em excesso ou investigações desnecessárias. O Estado da Arte auxilia, especialmente, na melhoria de teorias, paradigmas e conceitos.

bissexual masculino. A questão da lesbianidade é abordada de forma não racializada e a atenção é para as mulheres brancas e/ou das classes médias e altas (Ratts, 2007, p. 01). O autor ainda afirma que “entre intelectuais ativistas negros, poucas pessoas têm escrito e se posicionado pela visibilidade e emancipação de lésbicas, gays e bissexuais negros” (Ratts, 2007, p. 04). Deste modo, aponta três mulheres negras intelectuais norte-americanas que se afirmam publicamente como lésbicas: a teatróloga Lorraine Hansberry, a poeta Audre Lorde e a historiadora Angela Davis.

Contextualiza-se, então de forma resumida o histórico da luta das mulheres negras, que pautam a reformulação dos feminismos, lutam pelo feminismo interseccional e por políticas descolonizadoras há um longo tempo.

O surgimento do Feminismo Interseccional tem como algumas de suas principais figuras as intelectuais negras Kimberlé Crenshaw, Bell Hooks e Audre Lorde, mencionada acima. O feminismo interseccional auxilia principalmente na organização das pautas das mulheres negras, levando em consideração as suas reais necessidades, visto que estão submetidas a opressões que vão muito além de seu gênero. Sofrem de forma mais violenta com os variados tipos de discriminações.

Lembra-se aqui, da literatura negra norte-americana que já atingiu um número imensurável de leitores, pela produção de questionamentos pertinentes, relacionados principalmente com a opressão racial. Ao mesmo tempo, as obras sobre feminismo interseccional, já difundidas mundialmente, conseguem articular, portanto, além do racismo, segregacionismo, capitalismo, preconceito de classe, também interligam o debate sobre a lesbofobia, a misoginia, a resistência ao imperialismo, ao heterossexismo e ao eurocentrismo nos Estados Unidos.

A autora Mariana Jafet Cestari (2013), aborda em suas pesquisas fatos históricos de luta de mulheres negras que militaram em encontros políticos nacionais (Brasil) e internacionais, e de forma peculiar, nos encontros feministas. A autora cita um pensamento de Lélia Gonzáles, no qual afirma que foi no movimento negro que as mulheres negras encontravam espaço para discussões políticas sobre a estrutura racista e suas práticas cotidianas (Cestari, 2013, p. 01). Porém, além de questões relacionadas diretamente com o racismo, as mulheres negras vivenciavam o machismo dos homens brancos e dos homens negros. Essa violência simbólica era tema de reuniões feitas por mulheres negras antes mesmo da formação de um movimento organizado de mulheres negras. E essa invisibilização e exclusão sofrida pelas mulheres negras, também acontecia no movimento feminista universal:

De acordo com Sueli Carneiro, o movimento de mulheres negras, é marcado pela necessidade de demarcar uma identidade política em relação aos movimentos sociais feminista e negro, os quais em última instancia determinam sua existência e ambiguidades. Projetando diferentes interlocutoras e interlocutores, as mulheres negras brasileiras que mantinham relação de aproximação e negação com o feminismo – dividido em seus dizeres, por exemplo, por adjetivação “ocidental” e “negro” – denunciavam sua posição de silêncio e invisibilidade na sociedade e na história brasileiras. Deste modo, no campo feminista, na posição de sujeitas de seu dizer, pela diferenciação que faziam, em relação principalmente às mulheres brancas, paradoxalmente se faziam visíveis e audíveis. (Cestari, 2013, p. 13 como citado em Carneiro, 1993, pp. 14-18)⁵

⁵ Carneiro, S. (1993). “A Organização Nacional das Mulheres Negras e as Perspectivas Políticas”, Cadernos Geledés, Nº 4 (pp.14-18).

Torna-se evidente que as diferentes estratégias de resistência contidas no pensamento defendido pelas mulheres negras ganha força com a demarcação do feminismo negro.

No artigo “*Mulheres negras: moldando a teoria feminista*”, de autoria de Bell Hooks, é possível pensar de forma aprofundada nas práticas excludentes de muitas mulheres brancas que dominam os discursos feministas e que de variadas formas silenciam as mulheres negras, não possibilitando qualquer abertura para o surgimento de novas teorias e ampliação das ideias feministas.

As mulheres brancas que dominam o discurso feminista – as quais, na maior parte, fazem e formulam a teoria feminista – têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista.” (hooks, p. 207)

Bell Hooks também traz uma outra questão pertinente para a construção do pensamento das mulheres negras enquanto partícipes de um amplo movimento social organizado: “O sexismo masculino negro prejudicou a luta para erradicar o racismo, assim como o racismo feminino branco prejudica a luta feminista” (hooks, p. 207). De tal modo, compreende-se que o machismo dos homens negros no interior do movimento negro é o maior limitador das pautas que tratam sobre problemas específicos relacionados às mulheres negras. E a barreira do racismo no movimento feminista torna-se a principal limitadora da ampliação das ideias feministas.

No artigo “*Nossos Feminismos Revisitados*”, escrito por Luiza Bairros, na Revista Estudos feministas, nº2\95 - vol.3, ano de 1995, a autora afirma:

A experiência da opressão é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos. Assim, uma mulher negra trabalhadora não é triplamente oprimida ou mais oprimida do que uma mulher branca na mesma classe social, mas experimenta a opressão a partir de um lugar, que proporciona um ponto de vista diferente sobre o que é ser mulher numa sociedade desigual, racista e sexista. (Bairros, 1995, p. 461)

Dessa forma, raça, classe social e orientação sexual configuram-se em categorias que só podem ser entendidas na sua multidimensionalidade e perplexidade. Segundo Luiza Bairros, “do ponto de vista feminista não existe uma identidade única, pois a experiência de ser mulher se dá de forma social e historicamente determinadas”. Nesse sentido, Lélia Gonzáles questiona Simone de Beauvoir: “[...] quando esta [Simone de Beauvoir] afirma que a gente não nasce mulher, mas que a gente se torna (costumo retomar essa linha de pensamento no sentido da questão racial: a gente nasce preta, parda, marrom, roxinha, etc.; mas tornar-se negra é uma conquista).” (Cardoso, 2014, p. 973).

O “tornar-se negra” anuncia um processo social de construção de identidades, de resistência política, pois reside na recusa de se deixar definir pelo olhar do outro e no rompimento com o embranquecimento; significa a autodefinição, a valorização e a recuperação da história e do legado cultural negro, traduzindo um posicionamento político de estar no mundo para exercer o papel de protagonista de um devir histórico comprometido com o enfrentamento do racismo. Diferentemente de Frantz Fanon, às referências a Beauvoir estão longe de re-

velar uma forte influência teórica no pensamento de Lélia Gonzáles, até mesmo porque a mulher de Beauvoir é branca. Lélia Gonzáles recusa a generalização e resgata a mulher africana (Cardoso, 2014, p. 973).

Seguindo nessa linha de pensamento, fica evidente que se “não se nasce mulher, mas se torna”, também não se nasce negra, torna-se, pois os processos de construção das identidades negras e feministas, por exemplo, são diferentes para cada mulher, especialmente aquelas que precisam enfrentar além do sexismo, do machismo, os estigmas sociais, raciais e todo o histórico de exploração/colonização do corpo negro, africano e indígena, que de várias formas perdura até hoje.

Nota-se que essas ideias fazem parte de (re)formulações que ajudam a entender diferentes feminismos e pensamentos das mulheres negras e lésbicas em âmbito político.

Ignorar as diferenças de raça entre mulheres e as implicações dessas diferenças resulta numa ameaça séria pra mobilização conjunta de mulheres. Se as mulheres brancas esquecem os privilégios inerentes a sua raça e definem a categoria mulher baseando-se exclusivamente em sua experiência, as mulheres Negras se convertem nas “outras”, as estranhas cuja experiência e tradição são tão compreensíveis quanto alienígenas (Lorde, 2011, p. 5).

Audre Lorde, nessa citação, traz discussões sobre idade, raça, classe e sexo. Compreende-se, que “negar a reconhecer as diferenças impede de ver os diversos problemas e perigos os quais enfrentam todas nós como mulheres” (Lorde, 2011, p. 6). Ao fazer essa afirmação, a autora atenta para a inegável importância do reconhecimento das diferenças e dos diversos problemas que enfrentam todas as mulheres, não só as mulheres brancas, convidando-nos assim a refletir intensamente sobre o debate interseccional.

É importante lembrar que a população negra, no período colonial escravista, não tinha direito a dignidade ou a humanidade, era um povo considerado sem alma perante a igreja. Mulheres negras e homens negros, de forma animalizada, eram utilizados como reprodutores de escravos, que forneciam mercadoria gratuita aos escravocratas. Não existia família negra. Todo negro que nascia, fazia parte do comércio do dono de escravos. Poderia ser alugado, vendido, açoitado, usado até a quando suas forças não aguentassem mais. Eram simplesmente coisas, animais, menos pessoas. E as mulheres negras serviam como objeto sexual desde a infância, o estupro e todo o tipo de violência sexual era comum quando se tratava do corpo das mulheres negras. Todo esse contexto deve, ou deveria ser discutido no âmbito das teorias feministas.

É nesse sentido que ocorre a formulação do Feminismo Negro na década de 1980 no Brasil. As mulheres negras começam a ingressar nas universidades e ter contato com teorias e conceitos políticos, culturais, raciais, antropológicos e sociológicos. Além disso, o Movimento de Mulheres Negras no Brasil foi organizado por mulheres negras que já estavam inseridas em organizações de movimentos sociais, principalmente, do Movimento Negro e do Movimento Feminista. E o estopim do movimento de mulheres negras se dá em resposta a percepção equivocada do feminismo universal que não tratava, e em partes ainda não trata, das especificidades das mulheres negras na diáspora.

Contexto lusófono e a lesbianidade negra

É possível observar que Portugal possui uma crescente comunidade de negros africanos imigrantes e residentes, negros brasileiros imigrantes e residentes e também muitos negros nascidos no país. Em todas essas comunidades, o racismo, a xenofobia, a violência simbólica e a violência policial estão presentes. Consequentemente, em Portugal, independente da nacionalidade, toda a população negra sofre com as mesmas práticas de discriminação pela cor da sua pele.

Segundo Lélia Gonzalez, o racismo pode apresentar taticamente duas formas para manter a “exploração/opressão”: o racismo aberto e o racismo disfarçado. A primeira forma é encontrada, principalmente, nos países de origem anglo-saxônica, e a segunda predomina nas sociedades de origem latina. No racismo disfarçado, “prevalecem as ‘teorias’ da miscigenação, da assimilação e da ‘democracia racial’”, e essa forma de se manifestar, afirma, ao pensar o Brasil, impede a “consciência objetiva desse racismo sem disfarces e o conhecimento direto de suas práticas cruéis” pois a crença historicamente construída sobre a miscigenação criou o mito da inexistência do racismo em nosso país (Cardoso, 2014, p. 969).

Essa exploração/opressão, que explica Lélia Gonzalez, está muito presente no contexto lusófono. Grande parte da comunidade negra portuguesa é explorada em empregos precários, desvalorizados, estigmatizados e o não reconhecimento da existência dessas pessoas enquanto cidadãs com direitos iguais é considerado algo normal. Com isso, o racismo institucional⁶ torna-se cotidiano. Essa realidade fica explícita quando se percebe que mesmo que a pessoa negra tenha formação, curso técnico ou superior, as possibilidades de crescimento acadêmico e profissional são mínimas em Portugal, quase inexistentes. Afora isso, repetidamente a atribuição de autorização de residência aos imigrantes negros não é facilitada pelo governo português.

Isso ocorre com toda a população negra, independente de gênero ou sexualidade. Porém, quando se trata de problemas enfrentados principalmente por mulheres negras, lésbicas e butchs⁷, é evidente que encontraremos especificidades que agravam ainda mais as discriminações já enfrentadas pela condição social dessas mulheres, que ora são confundidas com homens, ora são humilhadas publicamente por serem “masculinas”.

Entretanto, acredita-se que essas mulheres não estão sozinhas. Elas pertencem a uma comunidade que se encontra totalmente desamparada e esquecida pelo Estado, pelo judiciário, pela mídia, pela academia e pelos movimentos associativos, presididos majoritariamente por pessoas brancas, cisgeneras, heteronormativas e que não se preocupam com a total falta da presença negra nos espaços de decisão política, cultural e de ensino. Logo, percebe-se que esta comunidade de lésbicas negras está mais vulnerável, sofre mais com as

⁶ Racismo institucional - Trata-se da forma estratégica como o racismo garante a apropriação dos resultados positivos da produção de riquezas pelos segmentos raciais privilegiados na sociedade, ao mesmo tempo em que ajuda a manter a fragmentação da distribuição destes resultados no seu interior. O racismo institucional ou sistêmico opera de forma a induzir, manter e condicionar a organização e a ação do Estado, suas instituições e políticas públicas – atuando também nas instituições privadas, produzindo e reproduzindo a hierarquia racial. Fonte: WERNECK, Jurema. (2013). Racismo Institucional: uma abordagem conceitual. Geledés – Instituto da Mulher Negra. São Paulo.

⁷ Buth – lésbica com forte energia masculina, destacam-se especialmente pela forma de vestir-se, ao utilizar roupas consideradas masculinas.

altas taxas de desemprego, empregos sem direitos e/ou garantias trabalhistas e a falta de oportunidade.

E quando uma mulher negra e lésbica se assume perante a família e a sociedade, os riscos dela sofrer qualquer tipo de ataque físico ou psicológico se multiplicam inúmeras vezes. No entanto, pouco se fala dos dados de violência quanto aos LGBTs negros, fala-se menos ainda das violências sexuais sofridas pelas lésbicas negras. No artigo intitulado *“Trajetórias de mulheres negras lésbicas: a fala rompeu o seu contrato e o silêncio se desfez”*, a autora Sandra Regina de Souza Marcelino (2011) faz uma reflexão acerca disso:

Na África do Sul, por exemplo, a lesbianidade é abominada e, com isso, as práticas constantes de estupro corretivo⁸ ficam no campo da impunidade. No caso das mulheres, segundo notificações, um quarto delas já foi estuprado antes de completar 16 anos de idade. Essa situação tem em suas raízes: o machismo, a pobreza, as ocupações massificadas, o desemprego, os homens marginalizados, a indiferença da comunidade. Na África do Sul, uma menina tem mais chances de ser estuprada que de aprender a ler. No Brasil, a cada dois dias, um homossexual é assassinado. Apesar de os dados divulgados pelo Grupo Gay da Bahia (GGB) apresentarem uma estatística bastante expressiva, ainda existe uma grande barreira para esse tipo de denúncia, o que nos leva a questionar os números invisíveis da violência (Marcelino, 2011, p. 6).

Esses números invisíveis de violência reforçam o apagamento da existência e da resistência das lésbicas negras no mundo, o que permite que muitos crimes continuem acontecer, seja no Brasil, em Portugal ou em países africanos.

Quando o debate se amplia no campo do racismo, do sexismo, da lesbofobia e posteriormente na reflexão sobre as teorias feministas, lésbicas, de gênero, raça e classe, passamos a explorar um território delicado e extremamente complexo, na medida em que as especificidades de invisibilidades e, ao mesmo tempo, de tipos de violências se intensificam. Marcelino (2011) faz uma reflexão sobre essa invisibilidade da lesbianidade:

O fato de ser lésbica torna as mulheres homossexuais ainda mais vulneráveis às diversas formas de violência contra as mulheres. O “mito do silêncio” ganha força a partir do momento em que essa oposição, normal e contra a natureza, no campo da sexualidade dita uma regularização das práticas sexuais. Sendo assim, a heterossexualização imposta ao corpo lésbico constitui essa invisibilidade e silenciamento vindos de instrumentos tão poderosos que adentram na domesticação do corpo, nas práticas de ensino, na punição. O medo é um elemento comum e daí é compreensível entender o abismo que há entre as denúncias da violência e a visibilidade da homossexualidade. Se o silêncio invisibiliza os dados, a exposição não raras vezes, pune. E nesta dupla tensão, o “outro” ainda se torna tutor dos passos alheios (Marcelino, 2011, p. 6).

Conforme a citação acima, entende-se compreende-se que o “mito do silêncio”, reforça a heterossexualidade compulsória, reforça o discurso da heteronormatividade como algo natural e a lesbianidade como anormal, como doença. E ignora as reivindicações explícitas contra a lesbofobia, além de amedrontar as mulheres lésbicas individual e/ou coletivamente de

⁸ Prática lesbofóbica, segundo a qual um ou mais homens estupram mulheres lésbicas ou que parecem sê-lo, supostamente como forma de “curar” a mulher de sua orientação sexual.

assumirem seus relacionamentos e demonstrarem afetividade em público. Esse medo também impede que sejam feitas denúncias de práticas discriminatórias e violentas, como estupro corretivos e humilhações cotidianas.

Dessa forma, torna-se evidente que, se uma mulher lésbica branca ou não negra já sofre com inúmeros estigmas sociais, a mulher lésbica negra carrega consigo um histórico de opressão que a diferencia enquanto indivíduo que teve seu corpo escravizado por séculos.

A lésbica negra se revolta severamente contra o estigma da “negra boa de cama” que serve apenas para o prazer do sexo oposto e vive em constante perigo por amar outra mulher, além de sofrer com a total exclusão/invisibilidade por não ter o privilégio da branquitude.

A lésbica negra, especialmente a lésbica negra e butch, enfrenta cotidianamente o olhar de nojo das pessoas, seja onde for e aprende a não se surpreender com o racismo e a lesbofobia explícita ao escutar: “Quer o quê? Além de negra/preta é machorra/sapatão/fufa/invertida”? A lesbianidade negra é resistência. As lésbicas negras resistem todos os dias à supremacia-eurocêntrica, à supremacia-heterossexista e à supremacia-machista.

Ser lésbica em uma cultura tão supremacista-machista, capitalista, misógina, racista, homofóbica e imperialista como a dos Estados Unidos é um ato de resistência - uma resistência que deve ser acolhida através do mundo por todas as forças progressistas. Não importa como uma mulher viva seu lesbianismo - no armário, na legislatura ou na câmara. Ela se rebelou contra sua prostituição ao amo escravista, que corresponde à fêmea heterossexual que depende do homem. Essa rebelião é um negócio perigoso no patriarcado. Os homens de todos os níveis privilegiados, de todas as classes e cores possuem o poder de atuar legal, moral e/ou violentamente quando não podem colonizar às mulheres quando não podem limitar nossas prerrogativas sexuais, produtivas, reprodutivas, e nossas energias. A lesbiana - essa mulher que “tomou uma mulher como amante”⁹ - logrou resistir o imperialismo do amo nessa esfera de sua vida. A lesbiana descolonizou seu corpo. Ela rechaçou uma vida de servidão que é implícita nas relações heterossexistas/heterossexuais ocidentais e aceitou o potencial da mutualidade de uma relação lésbica - não obstante (Clarke, 1988, p. 1).

Essa descolonização do corpo e do pensamento, explorado na literatura negra e lésbica norte-americana, remete ao artigo “*Mulheres em movimento*” da autora Sueli Carneiro (2003, p. 3), intelectual negra brasileira, que diz: “Ao politizar as desigualdades de gênero, o feminismo transforma as mulheres em novos sujeitos políticos”. Só assim o debate passa a ser mais abrangente e com foco na melhoria da situação de vida em todas as mulheres. Disso decorre que, os discursos se convergem e traçam experiências igualmente vivenciadas por lésbicas negras norte-americanas e lésbicas negras oriundas de países de língua portuguesa⁹.

Segundo Audre Lorde (1984, p. 5), nas escolas e universidades dos Estados Unidos, as autoras negras não são utilizadas. A recusa é muitas vezes justificada por mulheres brancas feministas que dizem que somente mulheres negras podem lecionar essa literatura e/ou que é de difícil compreensão. Isto é, essas mulheres que não conseguem entender as discussões que

⁹ Essa recente pesquisa pretende abordar narrativas de vida de mulheres negras lésbicas de origem africana, brasileira e portuguesa no contexto lusófono, contribuindo assim para um referencial teórico-metodológico em Estudos Culturais sobre cartografias identitárias da lesbianidade negra oriunda de países como: Brasil, Portugal, Guiné Bissau, Cabo Verde e Angola.

cruzam as relações de raça, gênero e classe, conseguem, sem problema algum, analisar e ministrar extensas aulas sobre autores como Shakespeare, Molière, Dostoyevsky e Aristófanos.

Esse desinteresse não é exclusivo dos Estados Unidos. No Brasil, em Portugal e em países africanos, grande parte dos estudantes universitários não consegue citar ao menos uma autora negra, menos ainda uma autora negra e lésbica. Além disso, existe um total desinteresse dos pesquisadores das ciências sociais e humanas em relação a temática que pensa a lesbianidade e a negritude em conjunto. Portanto, este trabalho busca tratar de um tema considerado obscuro e não relevante para grande parte dos acadêmicos. Partindo do princípio oposto, não se pode negar o fato de que os estudos lésbicos interligados as questões de cor/raça ajudam sobremaneira no aprofundamento das teorias interseccionais.

De tal modo, no movimento feminista universal a lesbianidade historicamente não tem tido espaço para problematizações, principalmente no campo político. No movimento de mulheres negras, a partir do feminismo interseccional, a lesbianidade passou a ser um assunto mais abordado, mesmo que de forma superficial. No movimento LGBT, as mulheres negras lésbicas ainda se deparam com a total desconsideração, especialmente dos gays, das lésbicas e das(os) bissexuais brancas(os), diante dos dados alarmantes que comprovam a multiplicidade de violências físicas e psicológicas sofrida por lésbicas negras.

Todo esse quadro, afeta negativamente no processo de construção da identidade positiva de lésbicas negras. Dessa forma, a resistência, na grande maioria das vezes, se dá no existir (Clarke, 1988).

A lésbica negra, como qualquer outra lésbica nos Estados Unidos, se encontra em todas as partes: no lar, na rua, recebendo ajuda do governo, seguro social, nas filas de desemprego, criando crianças, trabalhando na fábrica, nas forças armadas, na televisão, no sistema de escolas públicas, em todas as profissões, na câmara dos deputados do estado, no Capitólio, assistindo aulas na universidade ou continuando estudos numa pós-graduação, trabalhando na administração, etc. As lésbicas negras, como qualquer outra mulher não-branca e da classe operária e pobre nos Estados Unidos, não sofreram o luxo, o privilégio, nem a opressão de ser dependente de um homem. (Clarke, 1988, p. 5)

São inúmeros os métodos de apagamento das identidades e das trajetórias de luta das lésbicas negras. Mas, embora nunca lembradas, as lésbicas negras estão em todo o lado, como menciona a autora Cherlyl Clarke (1988). Acredita-se que a presença da mulher negra, lésbica e butch; daquela que se identifica mais com o feminino, lady, femme; ou daquela que não se identifica com binarismos e normatividades, que gosta de expressar-se a partir da mistura do que é considerado feminino e masculino queer, confrontam a sociedade com a sua existência.

Quando se assumem, elas enfrentam reações conservadoras, a reprovação da família, o repúdio de colegas de trabalho, a demissão do emprego, a expulsão da igreja, a falta de compreensão de amigos e conhecidos. Esse enfrentamento e audácia de querer existir enquanto pessoa que merece respeito e igualdade de oportunidade como qualquer outra, mostra que, querendo ou não, a sociedade terá que ver e conviver com essa diversidade de identidades negras, lésbicas, marginalizadas e majoritariamente periféricas.

Ser negra ou negro, gay, lésbica, travesti, bissexual, transexual são construções socioculturais plurais. Entretanto um lugar de fala e de ativismo vem sendo construído a partir de pes-

soas/personas negras que se identificam e foram identificadas à cena LGBTQ, sem necessariamente expor sua privacidade, e utilizando linguagens e suportes os mais variados para amplificar a voz (Ratts, 2007, p. 12).

A partir desta afirmação, é possível considerar que a luta pela visibilidade negra e lésbica não se restringe apenas as denúncias explícitas ou ao ativismo da rua. Reconhece-se que a grande maioria das lésbicas negras por motivos religiosos, culturais e/ou familiares, (afora todas as opressões já mencionadas), não conseguem ou não podem expor sua privacidade. A despeito disso, entende-se que existem diferentes estratégias de resistência e, ao mesmo tempo, uma complexidade nas vivências dessas mulheres que necessita de maior aprofundamento teórico.

Referências Bibliográficas

- BAIROS, L. (1995). **Nossos Feminismos Revisitados**. Revista Estudos feministas. Nº2\95. vol.3. Acedido em 10/10/2015: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/viewFile/16462/15034>.
- CARDOSO, C P. (2014). **Amefricanizando o feminismo: o pensamento de Lélia Gonzalez**. Estudos Feministas, UNEB – Universidade do Estado da Bahia. Florianópolis, setembro-dezembro. Acedido em 25/10/2015: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36757/0>.
- CARNEIRO, S. (2003). **Mulheres em movimento**. Estudos avançados. São Paulo, v.17,n.49,dez. Acedido em 21/10/2015: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142003000300008.
- CESTARI, M. J. (2013). **Sentidos e memórias em luta: mulheres negras brasileiras no III Encontro Feminista Latinoamericano e Caribenho (1985)**. Les femmes dans les Amériques: Féminismes, études de genre et identités de genre dans les Amériques, XIXe et XX e siècles – Actes du colloque international des 4, 5 et 6 décembre / à Aix-en-Provence. Acedido em 25/10/2015: <http://nuevomundo.revues.org/67403#abstract>.
- CLARKE, C. (1988). **El lesbianismo, un acto de resistencia**. En: Esta puente, mi espalda. Voces de Mujeres tercermundistas en los Estados Unidos. Moraga, Cherrie y Castillo, Ana. ISM press. San Francisco. California. Pp. 99-107.
- HOOKS, B. (2015). **Mulheres negras: moldando a teoria feminista**. Black women: shaping feminist theory. Revista Brasileira de Ciência Política, nº 16. Brasília, janeiro- abril de 2015. Pp. 193-210. Acedido em 1º/10/2015: <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n16/0103-3352-rbcpol-16-00193.pdf>.
- LORDE, A. (1984). **Age, race, class, and sex in Sister outsider: essays and speeches**. Califórnia: The crossing Press.
- MARCELINO, S. R. S. (2011). **TRAJETÓRIAS DE MULHERES NEGRAS LÉSBICAS: A FALA ROMPEU O SEU CONTRATO E O SILÊNCIO SE DESFEZ**. Livro: Outras Mulheres: mulheres negras brasileiras ao final da primeira década do século XXI. Acedido em 13/09/2015: http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/18428/18428_1.PDF.
- RATTS, A. **“Entre personas e grupos homossexuais negros e afro-lgttb”**. In: BARROS JÚNIOR, Francisco de Oliveira e LIMA, Solimar Oliveira. (Org.). Homossexualidade sem fronteiras: olhares. Rio de Janeiro - RJ: Booklinks, 2007, v. 1, p. 97-118. Acedido em 15/09/2015: https://www.academia.edu/6142384/Entre_personas_e_grupos_homossexuais_negros_e_afro-lgttb_at_BULLET_at_BULLET_at_BULLET_at_BULLET.